

Executivo 10

QUARTA-FEIRA, 11 DE JUNHO DE 2008

**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO PARÁ**



ANEXO I DA RESOLUÇÃO Nº. 17.523 VOTAÇÃO

Voto do Exm^o Sr. Cons^o. Nelson Luiz Teixeira Chaves:

Senhor Presidente, como de praxe, de rotina, nas sessões que se destinam ao julgamento das contas do governo do Estado, eu gostaria, exatamente pela singularidade desta sessão, de cumprimentar o Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Fazenda, doutor José Raimundo Barreto Trindade, que representa nesta sessão a Excelentíssima Governadora do Estado Ana Júlia Carepa; o Excelentíssimo Senhor Deputado Júnior Hage, que representa o Poder Legislativo, em nome do seu presidente, Deputado Domingos Juvenil; Excelentíssima Senhora Maria Helena Loureiro, Procuradora-Geral de Contas do Estado; doutor Francisco de Oliveira Campos, que representa a Excelentíssima Senhora Desembargadora Albanira Bemerguy, presidenta do Tribunal de Justiça do Estado; meu prezado doutor Carlos Botelho da Costa, Consultor-Geral do Estado; doutora procuradora Elizabeth Salame da Silva, que representa a Procuradora-Chefe do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas dos Municípios, senhora conselheira Lourdes Lima, senhores conselheiros, demais autoridades, servidores desta Casa, servidores do Estado do Pará que, com suas presenças, abrilhantam e honram esta sessão. Eu gostaria preliminarmente de cumprimentar, em nome do relator e já faço também a menção a todos os demais colegas conselheiros, o nome dos doutores Reinaldo Valino, Márcia Teresa da Costa e Rute Delgado Bastos, respectivamente, coordenador e membros da Comissão, que brilhantemente produziram este trabalho, sem nenhum demérito ao brilhantismo do relator.

Também registro, senhor presidente, ao menos ao tempo em que me encontro nesta Casa, que esta sessão, como foi dito inicialmente pelo conselheiro Lauro Sabbá, é absolutamente especial, como alertava o conselheiro Erlindo Braga, porque julga, pela primeira vez, as contas anuais da primeira governadora do Estado, embora ano passado já estivesse no poder, cumprindo o orçamento do governo anterior, e também porque este Plenário contempla a maior renovação dos últimos tempos, de vez que temos nesta sessão a presença de três novos conselheiros, fato absolutamente inédito desde o tempo em que aqui me encontro.

Queria iniciar, cumprimentando a integração – a que se referiu o senhor Secretário da Fazenda – dos técnicos do Executivo, notadamente, na área da Fazenda e Planejamento, com a equipe técnica deste Tribunal de Contas, que eu quero cumprimentar em nome dos três membros já citados, pelo brilhante trabalho que realizam e que facilitam grandemente o trabalho de todos nós relatores, pela competência técnica, que se aprimora ao longo dos anos, realçada por esse entendimento que o ilustre Secretário ressaltou, que é a conjugação de esforços entre a equipe do governo do Estado e a equipe do Tribunal de Contas do Estado.

Cumprimos o preceito constitucional de, aqui, nos reunirmos para apreciar as contas do governo do Estado e enviar parecer prévio à Egrégia Assembléia Legislativa do Estado, onde terá o julgamento definitivo, e quero ressaltar, também, pela análise do relatório, que eu havia recebido e pelas explicações do relator e dos servidores que trabalharam e capitanearam os trabalhos desse brilhante grupo da Casa na elaboração deste parecer, que podemos constatar o Estado equilibrado. Queria realçar o esforço da Secretaria de Estado da Fazenda no sentido de ampliar legalmente a arrecadação do Estado e, ao mesmo tempo, ficar feliz em ver que todos os limites constitucionais foram respeitados em todos os Poderes, como também em relação ao Ministério Público do Estado, inclusive, os Ministérios Públicos juntos aos Tribunais, que respeitaram exatamente os preceitos constitucionais.

Vê-se apenas que, apesar do crescimento da arrecadação, e é louvável o desenvolvimento do Estado, o aprimoramento da sua

máquina arrecadadora, ainda assim, nós vemos que, apesar de tudo, passando dos limites constitucionais na aplicação desses recursos, nós somos não uma unidade isolada, mas uma unidade integrada nesse problema social com que o Brasil se aflige e temos os paradoxos que se acentuam na regionalidade. Somos, por exemplo, uma região, onde se encontra a mais rica Bacia Hidrográfica do mundo, mas, apesar dos esforços, embora em alguns anos passados algumas áreas estivessem em total abandono, temos a tristeza de ver que milhares e milhares de pessoas, não só no Estado, mas na nossa Região que é a mais desfavorecida neste País, não têm acesso à água potável. Somos um Estado que tem em seu território a maior produtora de energia elétrica, em nível nacional, e ainda temos nos rincões desta Amazônia, deste Estado querido, ainda milhares e milhares de habitações que não têm direito à luz elétrica. Nós temos que considerar os conflitos não só urbanos, como inclusive rurais, que lamentavelmente em anos pretéritos mancharam indelevelmente a bandeira do nosso Estado pela falta da competência na gerência e na administração de certos conflitos: refiro-me ao lamentável conflito de Eldorado do Carajás. Vivemos numa sociedade absolutamente em pânico, fruto do crescimento desordenado de nossas cidades, em que a insegurança social a cada dia nos assusta e nos aflige, a despeito do trabalho meritório que visa a aprimorar o sistema da segurança pública. E, logicamente, tudo isso passa por uma educação de maior qualidade, que pretendemos ver o nosso país brevemente alcançar. Temos a medicina de ponta instalada não apenas no Estado, mas em todo o País, e temos a tristeza de ver a dengue e a malária vitimando mortalmente milhares de irmãos nossos.

Então, é este quadro que, em minha opinião, transfere aos governantes a maior responsabilidade, reconhecendo-lhe o esforço de cada vez mais aprimorar, através da arrecadação e do emprego correto dos recursos. E esta Casa não pode também ficar afastada do dever de se modernizar – e vem em boa hora o Programa de Modernização do Controle Externo –, no sentido de que possamos todos, pelo esforço denodado daqueles que arrecadam e aplicam os recursos, possamos ter a otimização da execução desses recursos no objetivo exclusivo da redução das desigualdades sociais, na melhoria da condição de vida da nossa população.

Quanto aos indicadores de ordem social, pude escutar o problema grave que é o Marajó, embora na estatística da mortalidade possamos ter alguma idade mais avançada em relação a outras regiões, mas discute-se aqui a qualidade de vida. E quero dizer de um fato sintomático. Eu estava em Manguinhos, no estado do Rio de Janeiro, quando afundou em Soure o navio Presidente Vargas; e, ao longo de praticamente quatro décadas, não fomos capazes de substituir aquela embarcação por um transporte mais ágil, que pudesse levar conforto e segurança para desenvolver o Marajó na potencialidade maior que tem e que é única neste Estado: uma ilha que na sua área geográfica, na sua dimensão, é maior do que a soma de muitos países europeus. Se não tivermos, e agora louvo os esforços para que se tenha a energia confiável no Marajó, mas se não tivermos um sistema de transporte e educação interiorizada, não poderemos trazer aquela população para um nível de vida aceitável. E esta talvez seja no estado do Pará a maior riqueza para a venda do Turismo nacional, interno, mesmo regional e no exterior.

Então, eu louvo a preocupação de trazer aqueles milhares de irmãos, que vivem muitas vezes abaixo da linha de pobreza, cercados de uma natureza exuberante, mas que não lhes são dadas as condições para o aproveitamento, em benefício da sua vida, da sua saúde, das suas famílias, desta portentosa dádiva que a natureza nos deu; e tenhamos todos que reconhecer que, ainda, fomos incapazes de, ao longo desses tempos, modernizar aquela região e trazer melhor condição de vida para a nossa gente.

Então, eu quero me congratular, senhores secretários, com o esforço do governo em trazer a maior arrecadação para o melhor emprego dos recursos públicos. Quero dizer ao relator, conselheiro Lauro de Belém Sabbá, que também parabeno os chefes dos demais Poderes, e em relação à questão, aqui

abordada, a respeito do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas dos Municípios, quero dizer que acredito que seja absolutamente fácil a superação, até porque o relatório diz que já houve o cumprimento do teto estabelecido pela legislação em decorrência da recomendação do exercício de 2006.

Por fim, quero dizer que fico muito feliz de observar esse trabalho ser concluído desta forma e me permitir fazer algumas considerações – e já me penitencio por ter me alongado um pouco no tempo, mas que cada vez que se reúne em sessões desta natureza é importante que a gente também diga das nossas angústias e dúvidas –, e saber que é um trabalho meritório sendo desenvolvido e quero até me transportar para as preocupações daqueles que, efetivamente, têm o dever do governo desta terra nos seus três Poderes, no sentido de que todos temos que nos conjugar e nos dar as mãos para honrar o compromisso, que cada um de nós jura cumprir sobre a Constituição, quando assumimos as nossas funções públicas, de que trabalharemos exclusivamente para transformar esta sociedade em uma sociedade mais justa, mais fraterna, mais solidária, na eficácia do emprego dos recursos públicos em que este Tribunal de Contas não pode faltar com a sua colaboração. Voto favoravelmente ao Parecer Prévio às contas da governadora do Estado, emitido pelo relator.

Voto da Exm^a. Sr^a. Cons^a. Maria de Lourdes Lima de Oliveira:

Senhor Presidente, Excelentíssimo Senhor José Raimundo Barreto Trindade, Secretário de Estado da Fazenda, que representa a Excelentíssima Senhora Ana Júlia Vasconcelos Carepa, Governadora do Estado do Pará; Excelentíssimo Senhor Júnior Hage, deputado estadual que representa o Excelentíssimo Senhor Domingo Juvenil, presidente da Augusta Assembléia Legislativa do Estado do Pará; Excelentíssima Senhora Maria Helena Loureiro, Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas junto a esta Corte; doutor Francisco de Oliveira Campos, Secretário Administrativo do Tribunal de Justiça do Estado, que representa a Excelentíssima Senhora Desembargadora Albanira Lobato Bemerguy, presidenta do Tribunal de Justiça do Estado do Pará; Excelentíssimo Senhor Carlos Botelho da Costa, Consultor-Geral do Estado, em seu nome cumprimento os demais servidores do Poder Executivo presentes nesta sessão; Excelentíssima Senhora Procuradora Elizabeth Salame da Silva, representando a Senhora Procuradora-Chefe do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas dos Municípios, doutora Maria Inês Klautau de Mendonça Gueiros, senhores conselheiros, conselheiro Lauro de Belém Sabbá, digno relator das contas do ano de 2007, em seu nome eu cumprimento todos os membros que fizeram parte deste momento importante na vida de todos nós integrantes desta Corte de Contas, doutor auditor Edilson Oliveira e Silva, e demais servidores desta Casa.

Este momento é importante, porque se trata da análise não só do sistema financeiro do Estado, mas, especialmente, do seu aspecto sócio-econômico. Tivemos a oportunidade de assistir ao brilhante trabalho desenvolvido por valorosos servidores desta Corte de Contas com a participação efetiva do conselheiro relator e com a participação, em alguns momentos, do conselheiro Ivan Barbosa da Cunha. Desta feita, observamos que os resultados econômicos foram altamente positivos, embora alguns avanços sociais ainda estejam limitados; há, entretanto, de se ressaltar os avanços tecnológicos alcançados para que possamos ter a auditoria operacional, que foram muito bem expostos no presente relatório, inobstante o mapa da exclusão social. Com o ressurgimento do IDESP, teremos o instrumento para melhorar a forma de obtermos indicadores sociais do Estado do Pará. Certamente, estes avanços, que estamos percebendo, mormente, nos apontam que teremos, nas próximas prestações de contas, indicadores melhores e faço das minhas palavras as palavras do conselheiro Nelson Chaves no que diz respeito à sua preocupação com a questão social nas regiões do Estado, especificamente, na região do Marajó que aqui foi muito bem esclarecida, que só veio reafirmar o que vive e o que passa essa população; e que, certamente, os novos indicadores, a nova metodologia, a nova forma de gestão, mostrarão que o nosso Estado pode e, certamente, vai avançar. A conjugação do esforço de todos nos leva a crer